

**PÁG 2**

Sexta Livre: Talita Porto discute com associadas governança da formação de preços

**PÁG 5**

Abraceel e CCEE discutem cronograma para monitoramento da alavancagem e sistema de garantias

**PÁG 8**

Abraceel mostra para CCEE que é possível avançar no cronograma de abertura do mercado

**PÁG 11**

Abraceel inicia estudo sobre melhorias no processo de migração ao ACL

**PÁG 13**

Sumário Regulatório

**PÁG 16**

Curtas

**PÁG 19**

Próxima semana

**PÁG 20**

Calendário Abraceel

 Clique ou toque no nome da seção para ir diretamente à página!

## Sexta Livre: Talita Porto discute com associadas governança da formação de preços

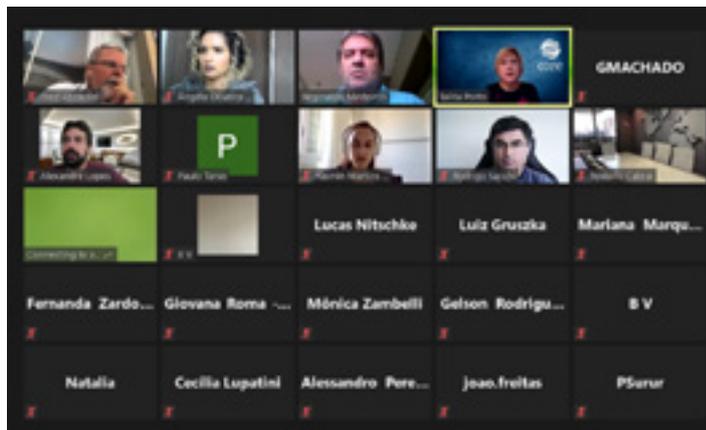
### Matéria em 1 minuto

- CCEE irá se debruçar este ano na governança da CPAMP e no Comitê Técnico PMO-PLD;
- Divulgação das informações e transparência foram destaques como pontos que necessitam de melhoria;
- Na visão da Câmara, restrições hidráulicas e dados de entrada devem ser endereçadas no âmbito da revisão da Resolução 843/2019.



Tempo de leitura:  
**3 minutos**

Em mais uma Sexta Livre, no dia 23.04, contamos com a participação de Talita Porto, conselheira da CCEE, e Rodrigo Sacchi, gerente executivo de preços, modelos e estudos energéticos da Câmara, para discutir a governança da formação de preços. Participaram cerca de 90 associadas.



Talita afirmou que a Câmara passou o primeiro semestre de 2020 discutindo a governança da CPAMP e que a grande contribuição da CCEE nessa discussão foi manter a antecedência de cinco meses em relação às mudanças metodológicas na cadeia de modelos principais e a previsibilidade de um mês para alterações nos dados de entrada. Disse que 2020 foi o ano em que a Câmara se debruçou sobre a implementação do PLD Horário, mas que agora é o momento de priorizar a governança da CPAMP e do Comitê Técnico PMO-PLD.

Bernardo Sicsú disse que o que ocorreu em dezembro foi uma grande surpresa para o mercado e que depois da decisão da Aneel houve alguns aprimoramentos importantes. Entretanto, na visão da Abraceel, a divulgação das informações é um ponto que necessita de melhoria expressiva, para que os agentes possam tomar suas decisões em condições igualitárias.

Talita respondeu que o SINtegre é a ferramenta para que todos os agentes tenham acesso isonômico às informações, mas se isso não está acontecendo da forma esperada, é necessário conversar com o ONS para aprimorar esse ponto. Abraceel e ONS se reunirão no dia 4 de maio para debater o tema em reunião aberta aos associados.



Bernardo abordou também a dificuldade em relação às questões de restrições hidráulicas, pontuando que é necessário explicar as regras e como funcionarão os prazos. Talita frisou que existe o compromisso da Aneel de endereçar esse tema no âmbito da Resolução 843/2019 e que a posição da CCEE desde dezembro foi de manter a previsibilidade, conforme disposto na Resolução CNPE 07/2016. Disse ainda que é necessário sistematizar a questão da governança e em sua visão, isso deve se dar no âmbito da revisão da Resolução 843.

Questionados sobre a aplicação da regra de antecedência, Talita e Sacchi explicaram que alterações nos dados de entrada, ainda que metodológicos, devem respeitar a antecedência não inferior a um mês da sua adoção. Já alterações metodológicas e de parâmetros dos modelos principais deve respeitar os cinco meses de antecedência.

Yasmin Oliveira questionou que se os modelos satélites só "alimentam" a cadeia principal, então quando podem ser consideradas mudanças metodológicas nos modelos, dado que tais mudanças afetam o preço e não são avisadas com a devida antecedência. Talita respondeu que se houver alguma mudança de metodologia no modelo satélite, essa mudança teria que ser enviada para a CPAMP, pois há que se manter a previsibilidade.

Questionada sobre a clara definição das alterações que têm impacto comercial e necessitam da antecedência para formar preço, Talita respondeu que é fundamental que a revisão da Resolução 843 especifique essas informações.

Uma sugestão oferecida durante o encontro por diversos associados foi a de o setor elétrico seguir o exemplo do mercado financeiro e divulgar "fatos relevantes", como forma de amenizar os entraves da comunicação das instituições com os agentes. Corroborando essa visão, foi exemplificada a revisão quadrimestral de carga. Talita disse que o fato relevante é mais uma ferramenta, mas que se deveria investir mais nas ferramentas que já existem, como por exemplo o SINtegre.

Outra ponderação foi quanto ao parâmetro de referência para o prazo de um mês para mudança nos dados de entrada. Talita respondeu que na regulamentação está disposto que a antecedência mínima não deve ser inferior a um mês, dessa maneira a mudança tem que ser comunicada em um PMO para somente ser válida no PMO subsequente.

Por fim, Frederico Rodrigues questionou a falta de transparência da divulgação das informações e a real necessidade de tantas instituições setoriais envolvidas na governança de preço, o que pode colaborar para dificultar o processo. Talita reforçou que se a forma de divulgação das informações está ruim, é necessário aprimorar a discussão com o ONS e, caso não resolva, entrar em contato com a Aneel, mas que não devem ser criados mais órgãos para resolução dos problemas do setor.





Finalizando o encontro, Talita e Sacchi agradeceram a oportunidade de ouvir do mercado quais são as reais dificuldades no processo de governança de formação de preços e que estão à disposição para aprofundar o tema e propor melhorias. Agradecemos a disponibilidade dos debatedores pelo diálogo produtivo e de extrema relevância para o setor.

## **Encontro com CCEE sobre antecedência nos modelos satélites**

No dia 16.04, a Vice-presidência de Energia se reuniu com a Gerência de Modelos e Estudos Energéticos da CCEE, representada por Rodrigo Sacchi e Guilherme Matiussi. Na ocasião, foi discutido o rito de aprovação dos modelos satélites. Para a CCEE, esses tratam de dados de entrada que são discutidos e validados no âmbito do Comitê PMO-PLD, além de dependerem de aprovação da Aneel. Já os modelos principais estão no âmbito do Acordo Operacional CCEE-ONS - o qual, disse, estão considerando juntar ao Comitê PMO-PLD para enxugar a governança - e suas questões metodológicas são discutidas e validadas no âmbito da Cpamp. Assim, em princípio, o que está em discussão no Comitê PMO-PLD respeita a regra de, pelo menos, um mês de antecedência da sua vigência, enquanto o que está em discussão no GT Metodologia da Cpamp deve ser aprovado até 31 de julho para entrada em vigor no ano subsequente. Especificamente sobre as mudanças discutidas na FT-Eólica que envolvem a aplicação do Weol no Decomp, Sacchi pontuou que essa é uma discussão de dado de entrada e o Weol já é utilizado hoje no Dessem e por isso, os agentes já conhecem a metodologia a ser aplicada. Nesse aspecto, destacou a diferença entre a metodologia para obter o dado de entrada e como a cadeia do modelo “enxerga” esse dado de entrada, e assim a proposta não altera como o modelo trata o dado, e por isso não se encaixa em mudança metodológica. Ao final, a Abraceel reforçou a importância e necessidade de melhoria na divulgação das informações que impactam preço, solicitando apoio da CCEE junto às demais entidades, de dentro ou fora do setor, para proteger o mercado. Sacchi reforçou que essa é uma preocupação relevante e que merece ser endereçada, ressaltando que a equipe da CCEE está à disposição para auxiliar nas discussões.





## Abraceel e CCEE discutem cronograma para monitoramento da alavancagem e sistema de garantias

### Matéria em 1 minuto

- Visão da Abraceel é que o desenvolvimento dos critérios de monitoramento da alavancagem é prioritário em relação às garantias financeiras;

- Rose Santos entende que a proposta da Abraceel foi aceita, convergindo com a da CCEE em termos conceituais, e que foi aceita a ordem do cronograma de implementação, qual seja, começar pelo monitoramento prudencial de alavancagem e então garantias;

- Entretanto, a CCEE entende que alavancagem e garantias podem ser discutidas concomitantemente e implementadas de forma sequencial, o que foi contestado pela Abraceel, que entende que a discussão paralela dos temas acabará desvirtuando a discussão e pode colocar em risco o andamento da pauta de segurança de mercado;

- Por sugestão da CCEE, os consultores contratados pela Abraceel e pela Câmara se reuniram, na tentativa de buscar um maior alinhamento das propostas.



Tempo de leitura:

**4 minutos**

No dia 19.04, a Diretoria Executiva da Abraceel, acompanhada do consultor Donato Filho, da Volt Robotics, reuniu-se com o Conselho da CCEE, representado pelos conselheiros Rui Altieri e Roseane Santos, pela equipe da gerência jurídica da Câmara e por seus consultores para o tema, Alan de Genaro e Alexandre Viana.

Reginaldo iniciou a reunião informando que a Abraceel havia consolidado seu entendimento sobre a proposta da CCEE em um documento que será encaminhado à Câmara nos próximos dias. Em síntese, a visão da Associação é que o desenvolvimento dos critérios de monitoramento de alavancagem é prioritário em relação à revisão das garantias financeiras. Reginaldo reforçou o total compromisso da Abraceel para que o processo caminhe para uma discussão com a Aneel e traga melhorias efetivas para o mercado.

Donato mostrou oito pontos de convergência entre as proposta da CCEE e Abraceel, que passam pela responsabilização civil dos envolvidos, monitoramento prudencial, ao





invés da centralização do cálculo na Câmara e aplicação das regras de maneira isonômica para todos os segmentos. Sobre o cronograma, Donato pontuou que o monitoramento da alavancagem é de mais fácil definição do que a de um novo sistema de garantias financeiras, que envolve custos diretos aos agentes. Então a questão central seria acelerar a discussão sobre a alavancagem para que o aprendizado e o amadurecimento sobre o tema possam ser usados na metodologia do desenvolvimento do novo sistema de garantias.

A conselheira Roseane Santos ponderou que a proposta da Abraceel foi aceita, entendendo que converge em termos conceituais com a da CCEE, e que foi acatada inclusive a ordem do cronograma de implementação, qual seja, começar pelo monitoramento prudencial de alavancagem e então garantias. Ficou claro, porém, que a CCEE entende que alavancagem e garantias podem ser discutidas concomitantemente e ainda que implementadas de forma subsequencial, ao passo que a Abraceel considerou em sua proposta um cronograma sequencial, em que a definição de garantias acontece de forma subsequente à da alavancagem.

Rose Santos também considerou necessário um ajuste de cronograma, pois a Abraceel sugeriu a operacionalização das garantias em 2023, com uma operação sombra de três meses. Na visão da Câmara, a operação sombra deve ocorrer em maior prazo, ao longo de 2021 e 2022, de forma que no último trimestre de 2022 as garantias sejam implementadas. Rui enfatizou que as propostas envolvem mudança de mindset e os agentes têm que estar muito bem preparados, por isso é necessário que a operação sombra tenha, no mínimo seis meses.





Roseane destacou que o monitoramento prudencial será para todas as classes de agentes e que pretendem fazer um documento único sobre alavancagem e garantias. Frederico Rodrigues lembrou que ainda é preciso considerar os prazos da Aneel em ambos os cronogramas, pois ritos de audiência pública muitas vezes se delongam. Além disso, Bernardo Sicsú reforçou que a Abraceel é favorável a um período sombra maior e que há racionalidade técnica em discutir primeiro o monitoramento da alavancagem, tendo em vista, inclusive, a extensa pauta de ações envolvendo a segurança de mercado.

Rose sugeriu uma reunião só com os consultores, Donato Filho, Alexandre Viana e Alan Genaro, considerando que é preciso avançar rapidamente. Reginaldo mais uma vez ponderou que a discussão imediata de um novo sistema de garantias direto não seria a melhor opção e que o caminho mais prudente seria a definição prévia dos critérios para monitoramento de alavancagem. Reginaldo também sugeriu que a Câmara discuta o tema abertamente com todos os agentes.

Rui concordou com a discussão e que é necessário que todos conheçam logo a proposta, para tentar desmistificar o assunto, o que justificaria a diferença de abordagem sobre a discussão concomitante dos temas, sendo entendimento comum, todavia, que a implementação deva ocorrer de forma sequencial. Por fim, Roseane agradeceu a Abraceel por realmente ter se dedicado ao assunto e informou que pretendem divulgar um FAQ no site da CCEE para esclarecimentos.



## Abraceel mostra para CCEE que é possível avançar no cronograma de abertura do mercado

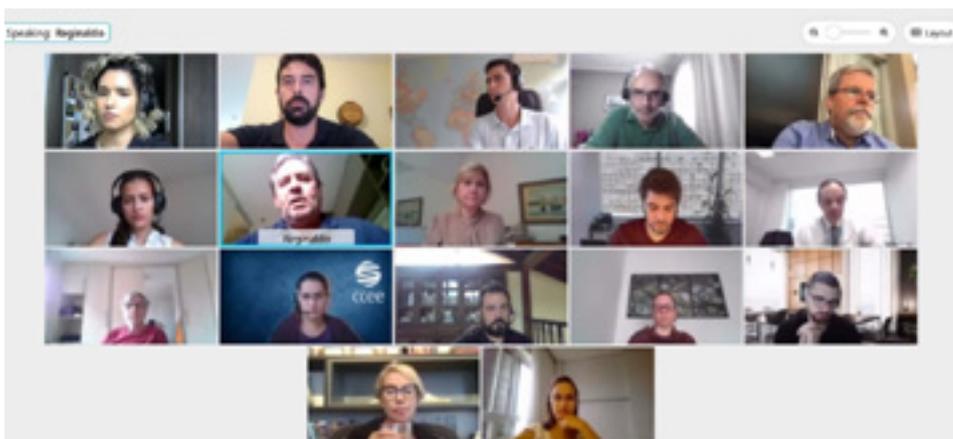
### Matéria em 1 minuto

- Estudo Abraceel sobre Contratos Legados é apresentado ao Conselho da CCEE;
- Os resultados mostram que o cenário mais pessimista já considera 2024 como a primeira janela de oportunidade para a abertura, sendo possível concluí-la para toda a Alta Tensão em 2025;
- Com a perspectiva de descotização das usinas de Itaipu e da Eletrobrás, é possível abrir integralmente o mercado até 2027;
- Abraceel derruba mais um mito sobre a abertura do mercado de energia: é possível avançar no cronograma e as janelas de oportunidade estão na mesa.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

A Diretoria Executiva da Abraceel esteve reunida com o Conselho de Administração da CCEE, no dia 19.04, para apresentação do estudo da Associação sobre os contratos legados e a abertura do mercado de energia. Reginaldo Medeiros abriu o encontro afirmando que a comercialização da energia de Itaipu e a descotização da Eletrobras são pontos que podem impactar o ritmo de abertura do mercado e o estudo veio para fundamentar essa percepção.



O Vice-Presidente de Estratégia e Comunicação, Alexandre Lopes, fez a apresentação do estudo, apontando que o objetivo foi avaliar os contratos legados do ACR em comparação ao mercado projetado das distribuidoras aberto por faixas de demanda/consumo,

para avaliar um cronograma ideal de abertura do mercado, de forma a se evitar efeitos indesejáveis às distribuidoras, especialmente sobrecontratação. Pontuou que o mesmo estudo já foi apresentado em reuniões com outras as instituições setoriais, e que após discussão com os associados da Abraceel, houve a sugestão de propor que a energia de Itaipu ingressasse no mercado de forma escalonada, evitando um cenário de desequilíbrio, dados os elevados volumes de energia envolvidos, o que foi incorporado ao estudo.



Alexandre explicou que os dados do estudo foram baseados nos estudos da Thymos sobre abertura do mercado, que quantificou os contratos legados, e da Escher Consultoria, que abordou o potencial de migração para o mercado livre. Foram criados cenários possíveis referentes à carteira de contratação das distribuidoras, para mapear o impacto de algumas possibilidades sobre o ritmo da abertura de mercado, que envolvem, essencialmente, a definição sobre a destinação da energia de Itaipu e das cotas da Eletrobras. Assim, o estudo considerou os contratos legados i) com Itaipu e Eletrobras no ACR, ii) com Itaipu no ACR e descotização da Eletrobras (2025-2027), iii) com Eletrobras no ACR e descontração de Itaipu (2024-2027), e iv) ACR com descontração de Itaipu descotização da Eletrobras.

### **Premissas do estudo**

Dentre as premissas adotadas, foi considerada a carga do ACR adotada pela CCEE de 45,4 GWm, crescimento de mercado, perdas na distribuição da ordem de 14% e um mercado residual de 5% na Alta Tensão e entre 25% e 67% na Baixa Tensão.

Por outro lado, não foram consideradas novas contratações no ACR, de forma a evitar novos legados, inclusive entendendo que será encerrada a contratação de diversas térmicas e, havendo recontração, será via mecanismo de capacidade. Também não se levou em consideração novas rodadas do MVE ou descontrações, futuras migrações para o mercado livre e cenários de expansão da GD e velocidade de migração dos consumidores elegíveis ao ACL.

### **No cenário mais pessimista, em 2025 toda a Alta Tensão é livre**

Os resultados mostram que mesmo no cenário mais pessimista, em que a energia de Itaipu e das cotas da Eletrobras permanecem na carteira das distribuidoras, 2024 aparece como a primeira janela de oportunidade para a abertura, sendo perfeitamente possível concluí-la para toda a Alta Tensão em 2025. Nesse cenário, no ano seguinte, 2026, começaria a abertura na Baixa Tensão, que seria concluída somente em 2034.

Já no cenário mais otimista e alinhado com a reforma setorial, com Itaipu progressivamente comercializada no mercado e descotização da Eletrobras, o estudo conclui que a abertura total para o Grupo "B" pode ocorrer até 2027.

Questionado sobre a proporção ACL x ACR após as migrações com o mercado todo aberto, considerando os consumidores que não migrarão para o ACL, Alexandre estimou em 63% para o ACL e 37% para o ACR, considerando 14% de perdas e 23% de consumo das unidades cativas remanescentes.

### **Os mitos sobre a abertura do mercado estão derrubados**

Reginaldo encerrou a reunião mostrando que os estudos mais recentes da Abraceel derrubaram os mitos que ainda existiam sobre a abertura do mercado. O primeiro é sobre a expansão da oferta não ser mais assegurada pelo mercado regulado, já que 72%



do parque gerador em construção no país está sendo sustentado pelo mercado livre. O segundo mito vencido foi mostrado com o estudo, isto é, já existem condições objetivas para avançar no cronograma de abertura do mercado de energia, que, independentemente de qualquer cenário, assegura a possibilidade de liberalização de todo o Grupo "A" em 2025 sem afetar as distribuidoras.

**O estudo sobre contratos legados e a abertura do mercado apresentado na reunião está disponível no site da Abraceel, seção “Biblioteca” -> “Apresentações”.**

## Abraceel inicia estudo sobre melhorias no processo de migração ao ACL

### Matéria em 1 minuto

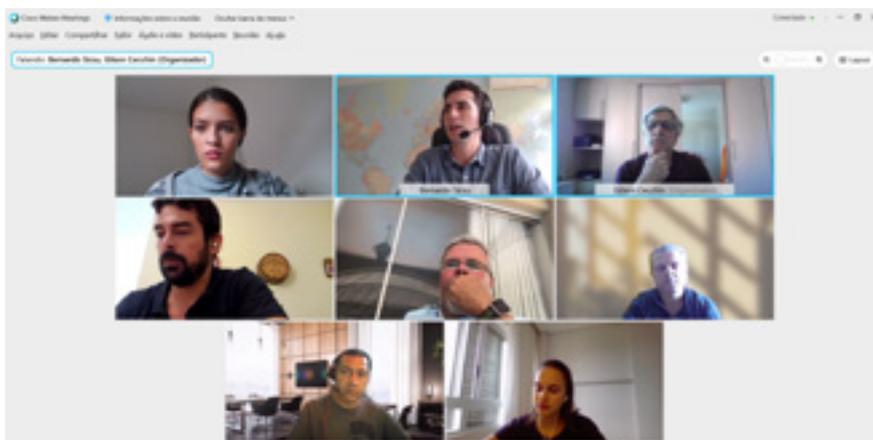
- Abraceel se reúne com CCEE para entender as principais barreiras no processo de migração de consumidores ao ACL e perspectivas de melhorias;
- CCEE destacou os últimos avanços na normatização da migração e disse que 90% da medição de consumidores do Grupo "A" já está adequada para migração ao ML;
- CCEE informa que será lançada nova plataforma de interação com os agentes, com perspectivas de que ocorra ainda este ano. Também estão em tratativas com o Bradesco para que o banco melhore seus serviços, com perspectiva de lançamento de nova plataforma digital também neste ano;
- GT Abraceel agendará reunião para apresentar os pontos já mapeados pela Associação e identificar eventuais pontos adicionais para atuação.



Tempo de leitura:  
**2 minutos**

Uma das metas definidas no planejamento estratégico da Abraceel 2021-2024 é realizar estudo para identificar pontos críticos no processo de migração de consumidores ao ACL, além de propor e atuar pela aprovação de medidas concretas para tornar o processo de migração mais simples.

Uma das primeiras etapas do estudo é realizar reuniões com nossas associadas, distribuidoras e as instituições afetas ao tema - CCEE e Aneel -, com objetivo de entender as principais dificuldades e barreiras hoje existentes no processo de migração ao ACL e possibilidades de melhorias. De forma a cumprir com o objetivo, a Abraceel



ouviu algumas associadas que negociam diretamente com consumidores, com o propósito de colher percepções, queixas e sugestões, e se reuniu com a CCEE no dia 20.04.

Ao contrário da visão de nossas associadas, o entendimento da CCEE é que o processo



de adequação do SMF já não é mais um problema, pois atualmente cerca de 90% da medição dos consumidores do grupo A já está adequada para migração ao mercado livre. Destacaram também os últimos avanços na normatização da migração, em especial a Resolução Normativa da Aneel 863/2019, que uniformizou os requisitos entre o ACR e o ACL, e outros aprimoramentos passados, como a retirada da obrigatoriedade de mídia de comunicação e medidor de retaguarda.

A CCEE também informou na ocasião que está trabalhando internamente com o Bradesco, com objetivo de modernizar os serviços prestados pelo banco no âmbito da Câmara. Após o período de testes, em andamento, será lançada nova plataforma de interação com os agentes, com perspectivas de que ocorra ainda este ano.

Além disso, segundo os representantes da CCEE, a plataforma de adesão à Câmara passou por intensos aperfeiçoamentos nos últimos meses, com objetivo de corrigir, dentre outras questões, erros na submissão dos documentos necessários ao processo de adesão. Para o longo prazo, a Câmara está trabalhando em uma plataforma integrada com os sistemas das distribuidoras, onde as submissões das informações serão facilitadas, com entrada única de dados pelos agentes (consumidores e distribuidores), assim como validação única de todo o processo pelo agente competente a cada etapa.

Questões como modernização da declaração de adimplemento e da certidão negativa de falência e recuperação judicial foram pontos também levantados pela Abraceel para serem implementados no novo sistema, onde a validação de adimplemento do consumidor poderia ser feita pela própria distribuidora no sistema CCEE, além de consulta online sobre a situação financeira de cada agente, como forma de simplificar o processo.

Adicionalmente, a Abraceel ressaltou que está estudando todo o processo de migração, desde a denúncia à distribuidora, abertura de conta no Bradesco e processo de adesão à CCEE, buscando mapear as principais dificuldades, de forma a propor melhorias estruturais.

O próximo passo é realizar discussão com associadas à Abraceel que têm em seu grupo controlador empresas de distribuição e na sequência com o grupo técnico da Abraceel, para apresentar os pontos já mapeados pela Associação e identificar eventuais dificuldades adicionais.

A CCEE parabenizou a iniciativa da Associação e se colocou à disposição para contribuir com o estudo e implementar as melhorias necessárias. Ademais, a CCEE solicitou que sempre que os agentes tiverem algum problema com os sistemas ou demais serviços da Câmara, que encaminhem à central de atendimento, para que eles possam adotar as medidas necessárias.



# Abraceel Explica: SUMÁRIO REGULATÓRIO

## TEMA

## STATUS

## PRÓXIMOS PASSOS

### Abertura de Mercado

(i) Divulgação e apresentação às entidades do estudo Thymos sobre abertura integral do mercado; (ii) Estudo Escher: mercado potencial do ACL; (iii) Estudo Abraceel: Expansão do ACL; e (iv) Estudo Abraceel: Contratos Legados e atualização do cronograma de abertura.

(i) Proposta Abraceel de ajustes no PL 414/21; (ii) PL 414 aguardando despacho do presidente da Câmara, e (iii) Continuidade na divulgação dos estudos Abraceel.

### Mercado de Capacidade

Lei 14.120 possibilita contratação de reserva de capacidade e Abraceel discute operacionalização com autoridades

Divulgação das diretrizes do primeiro leilão de reserva de capacidade.

### Varejista

(i) Lei 14.120/21 - determinação legal para o corte do inadimplente sob o varejista; e (ii) Reunião GT sobre para regulamentação da Lei 14.120/21 e outros aprimoramentos no varejista

(i) Apresentação à Aneel da proposta Abraceel para regulamentação da Lei 14.120 - corte do inadimplente; e (ii) Pleitear abertura de discussão pública pela Aneel.

### Migração ao ACL

(i) Mapeamento das principais barreiras no processo de migração para propor melhorias; e (ii) Contribuições: CP Aneel 02/21 - Aprimoramento no submódulo 1.1 Adesão à CCEE do PdC; e CP Aneel 05 - Devolução de créditos tributários aos consumidores.

(i) Reunião GT para discutir pontos de críticos no processo de migração ao ACL; e (ii) Elaborar proposta Abraceel para apresentação à Aneel e CCEE.

### Formação de preços

(i) Elaboração do termo de referência para cotação do estudo sobre formação de preço por modelos; (ii) Contribuição CP MME 103 - Relatórios GT Metodologia CPAMP; (iii) CPAMP divulga proposta de nova resolução sobre governança na formação de preços; (iv) Atuação para garantir a antecedência da Resolução CNPE 07/16, e (v) reforçar que entrada do preço por oferta depende do resultado dos estudos.

(i) Cotação e contratação do estudo sobre formação de preço por modelos; (ii) Abertura de discussão pública pela Aneel sobre a revisão da REN 843/19; e (iii) Publicação de nova Resolução CNPE sobre governança na formação de preços.

## TEMA

## STATUS

## PRÓXIMOS PASSOS

### Derivativos

Elaboração da segunda cartilha em parceria com a BBCE e M2M, com foco em aspectos contábeis e tributários.

Discussão da cartilha com o GT e realização de Workshop.

### Segurança do Mercado

(i) Apresentação da proposta Abraceel à CCEE, e (ii) Contratação Volt Robotics para elaboração de proposta sobre monitoramento de alavancagem.

(i) Workshop conjunto Aneel/CCEE/Abraceel - Notas Técnicas CCEE sobre segurança de mercado; (ii) Finalização e apresentação da proposta Abraceel sobre monitoramento de alavancagem e (iii) Abertura de discussão pública pela Aneel.

### Itaipu

Abraceel retoma proposta elaborada pelo consultor jurídico Julião Coelho, focando no preço da energia e modelo de transição.

Discussão com associados e encaminhamento da proposta Abraceel ao MME.

### Precificação de Carbono

Lei 14.120/21 estabelece que sejam implementados mecanismos para consideração dos benefícios ambientais no setor elétrico

Publicação das diretrizes pelo governo federal.

### Etanol

Envio de proposta Abraceel na CP ANP 17/20, sobre o comercializador independente de etanol e reuniões com diretoria e superintendências da ANP.

Deliberação da CP 17/20 pela Diretoria ANP e publicação de novo regramento para o mercado de etanol.

## GÁS NATURAL

### Abertura de Mercado

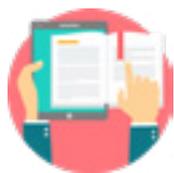
(i) Sanção da nova lei do gás, 14.134/21; (ii) Envio de contribuição pelo Fórum do Gás para Decreto regulamentador; (iii) Abraceel reeleita na sub-coordenação do Fórum do Gás; e (iv) Contribuição CP 01/20 ANP: modelo conceitual do mercado de gás natural

Publicação do Decreto da Nova Lei do Gás e publicação pela ANP do modelo conceitual do mercado de gás e do manual de boas práticas regulatórias estaduais.

### Atuação nos Estados

(i) Contribuições enviadas para as Agências reguladoras dos seguintes estados: ES, SP e BA; e (ii) Atuação para harmonização das regulações estaduais e federal.

Contribuição CP 03/21 Agenera - Condições gerais da atuação do comercializador.

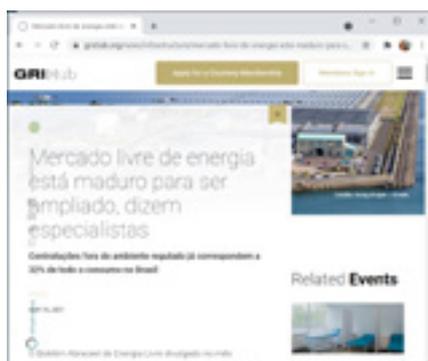


## ABRACEEL NA MÍDIA



### **Canal Energia: Abraceel atinge marca de 100 comercializadoras**

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



### **GRI: Mercado livre de energia está maduro para ser ampliado, dizem especialistas**

[Acesse a matéria clicando aqui.](#)



## CURTAS

### Novas rodadas do MVE

A Abraceel solicitou à CCEE que operacionalize novas rodadas do MVE ainda este ano. A Resolução Normativa Aneel 904/2020 definiu novo cronograma para o MVE, mas condicionou sua implementação neste ano à atualização dos sistemas da CCEE. A CCEE, contudo, ainda está operacionalizando as rodadas conforme o calendário antigo, definido na Resolução Normativa 824/2018. Por essa razão, a Abraceel solicitou que a Câmara acelere a implementação do novo sistema e/ou realize algumas das novas rodadas sinalizadas pela REN 904/2020, como a oferta do produto anual 2022 em junho deste ano.

### Varejista

Após discussão com o Grupo Técnico e atualização pela Diretoria Executiva, foi encaminhada aos associados a nova proposta da Abraceel sobre os procedimentos para o corte do consumidor varejista inadimplente, a ser apresentada à Aneel. Em síntese, a proposta fixa em, no máximo, 35 dias o período pelo qual o consumidor inadimplente permanecerá representado pelo varejista, após esse ter enviado a notificação da resolução do contrato de fornecimento vigente entre ambos. Atualmente, esse prazo é de, no mínimo, 50 dias, a depender dos prazos para corte do fornecimento pela distribuidora. **O documento foi enviado ao GT em 22.04 e recebe contribuições até a próxima quarta-feira, 28.04.**

### Estudo sobre formação de preços por modelo

Também foi enviado ao Grupo Técnico a minuta atualizada do termo de referência para contratação de estudo sobre preços por modelos, que incorpora as sugestões realizadas pelos associados. **Contribuições ao documento podem ser enviadas até a próxima terça-feira, 27.04.**

### 6ª FT-PrevCargaDessem

No dia 20.04, o Comitê PMO/PLD realizou a 6ª FT-PrevCargaDessem, com objetivo de apresentar os últimos avanços realizados no modelo satélite. Na abertura do evento, o ONS reiterou o entendimento emitido pela CPAMP em 2020, no qual o PrevCargaDessem só será implementado no cálculo do PLD horário a partir do momento em que estiver prevendo a carga adequadamente, e sua adoção deverá ser comunicada aos agentes com antecedência não inferior a um mês do PMO em que será implementado, conforme dispõe a Resolução CNPE 07/2016. Na ocasião, o Operador apresentou aos agentes o aprimoramento metodológico do modelo combinado (Markov), que tem por objetivos: (i) dar peso aos modelos que apresentaram melhor performance no histórico de 180 dias; e (ii) dar dinamismo ao viés dos modelos de melhor performance no histórico. A nova metodologia (Markov) reduziu os erros em todos os submercados, quando comparado à metodologia antiga (STEPWISE + TL). Na sequência, a FT irá testar outros modelos internos e de combinação, visando apresentar os resultados na 7ª FT PrevCargaDessem, a ser realizada no 2º semestre de 2021, conforme cronograma a seguir. A nova versão do Prev-





CargaDessem será disponibilizada aos agentes no dia 30.04. **A apresentação realizada no evento está disponível no site da Abraceel, seção “Biblioteca>Apresentações”.**

## Arrendamento TR-BA

A Petrobras publicou, no dia 16.04, o edital do segundo processo licitatório para arrendamento do terminal de regaseificação de GNL da Bahia (TR-BA) e instalações associadas. Para a pré-qualificação, que possui objetivo de credenciar as empresas interessadas em participar da licitação futura, os interessados devem solicitar inscrição mediante apresentação da documentação exigida, por meio do e-mail: [arrendamentotrba@petrobras.com.br](mailto:arrendamentotrba@petrobras.com.br). **Para mais informações acesse: <https://bit.ly/3sz0deP>.**

## Consulta Pública Gás – Penalidades no Espírito Santo

A Agência Reguladora de Serviços Públicos do Espírito Santo (ARSP) abriu a Consulta Pública 03/2021, com objetivo de regular a imposição de penalidades ao prestador de serviço público de distribuição de gás canalizado, com recebimento de contribuições até o dia 10.05. **Para mais informações acesse: <https://arsp.es.gov.br/consultas-publicas>.**

## 3º Workshop ANP – Modelo Conceitual do Mercado de gás

A ANP realizará no dia 07.05, às 14h, o 3º Workshop sobre o modelo conceitual do mercado de gás, que será transmitido no canal da Agência no YouTube. O evento tem por objetivo trazer para discussão os aspectos da operação do ponto virtual de negociação e do funcionamento dos mercados organizados de gás natural (mercado de balcão e bolsa). As inscrições podem ser realizadas até o dia 03.05, às 12h, com envio do nome completo, nome da instituição/empresa e contatos por e-mail para [sim@anp.gov.br](mailto:sim@anp.gov.br). Os interessados em realizar exposição no evento devem informar sua intenção junto com a solicitação de inscrição, além do envio da apresentação.

**Para mais informações acesse: <https://bit.ly/3tD5nYv>.**

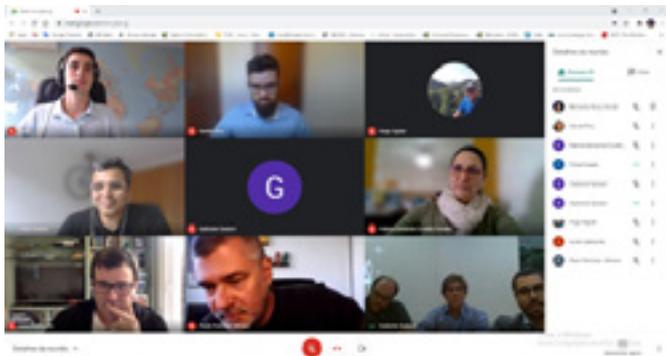
## Gás no Rio de Janeiro

Em 20.04, a coordenação do Fórum do Gás se reuniu com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais do estado do Rio de Janeiro para discutir os gargalos relacionados ao Novo Mercado de Gás e como acelerar o andamento do mercado. O subsecretário Daniel Lamassa reforçou o foco do estado na industrialização com base no gás natural e antecipou que existem tratativas para que os gasodutos de escoamento da produção (Rotas 4, 5 e 6) também tenham como destino o Rio de Janeiro. Após discussão sobre a especificação do gás natural, os coordenadores do Fórum reforçaram a importância de o Rio de Janeiro manter o protagonismo nas discussões do novo mercado do gás e acelerar a aprovação das regras em



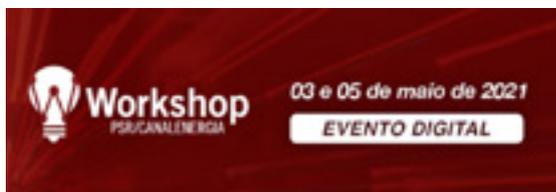


consultas públicas da Agenersa, que incluem as condições gerais da atuação do comercializador.



## Agenda Setorial e Workshop PSR

Nas duas próximas semanas ocorrem, de forma online, os tradicionais eventos Agenda Setorial, nos dias 26 a 28 de abril, e o Workshop PSR/Canal Energia, nos dias 03 e 05 de maio. O primeiro conta com a participação da Abraceel: às 14h da próxima segunda-feira, 26.04, Reginaldo Medeiros participa do painel “Desdobramentos da Desestatização da Eletrobras para o Setor Elétrico”, e na quarta-feira, 28.04, às 10h, Bernardo Sicsú participa do painel “Impactos da Aprovação da Lei do Gás para o Setor Elétrico”. **As inscrições podem ser feitas [clcando aqui](#) e associadas da Abraceel têm 10% de desconto com o código ABRACEEL10**, válido para os dois eventos e o full pass. Não perca!



 **PRÓXIMA  
SEMANA**

**26.04 – Segunda-feira:** Reginaldo Medeiros participa do painel “Desdobramentos da Desestatização da Eletrobras para o Setor Elétrico” do evento Agenda Setorial 2021, às 14h;

CCEE realiza sua 22ª Assembleia Geral Ordinária, com primeira convocação às 13h e segunda às 14h. Maiores informações no site da Câmara.

**28.04 – Quarta-feira:** Bernardo Sicsú participa do painel “Impactos da Aprovação da Lei do Gás para o Setor Elétrico” do evento Agenda Setorial 2021, às 10h.

**29.04 – Quinta-feira:** Bernardo Sicsú participa de reunião do GT da Anace, para discutir gás natural, às 15h;

Reunião do Conselho de Administração da Abraceel, aberta à participação dos associados, às 17h. Os detalhes da pauta e as informações de acesso à reunião serão enviados aos representantes das empresas associadas nos próximos dias.

**30.04 – Sexta-feira:** Abraceel realiza Sexta Livre com Rodrigo Ferreira, com o tema “As oportunidades e desafios do setor de energia na comunicação”, às 10h.



# CALENDÁRIO ABRACEEL

## ABRIL

**29.04 | 17h** - Reunião do Conselho

**30.04 | 10h** - Sexta Livre com Rodrigo Ferreira

## MAIO

**13.05 | 17h** - Reunião do Conselho

## JUNHO

**10.06 | 17h** - Reunião do Conselho

## JULHO

**15.07 | 17h** - Reunião do Conselho

A Diretoria Executiva sempre encaminha por e-mail a pauta e os dados de acesso às reuniões. Eventuais alterações também são informadas com antecedência.

